

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
4 - NIRE 23300026799		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BENEDITO MACÊDO, 79		2 - BAIRRO OU DISTRITO CAIS DO PORTO	
3 - CEP 60180-900	4 - MUNICÍPIO FORTALEZA		5 - UF CE
6 - DDD 085	7 - TELEFONE 4006-6000	8 - TELEFONE 4006-6000	9 - TELEFONE 4006-6000
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 085	12 - FAX 4006-6015	13 - FAX 4006-6015	14 - FAX 4006-6015
15 - E-MAIL ri@jmacedo.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME PATRÍCIA DINIZ DE PAIVA			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BENEDITO MACÊDO, 79		3 - BAIRRO OU DISTRITO CAIS DO PORTO	
4 - CEP 60180-900	5 - MUNICÍPIO FORTALEZA		6 - UF CE
7 - DDD 085	8 - TELEFONE 4006-6017	9 - TELEFONE 4006-6017	10 - TELEFONE 4006-6017
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 085	13 - FAX 4006-6015	14 - FAX 4006-6015	15 - FAX 4006-6015
16 - E-MAIL ri@jmacedo.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S					10 - CÓDIGO CVM 00471-5		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO FRANCISCO DA SILVA PIMENTEL					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 300.827.733-00		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	11.496	11.496	11.496
2 - Preferenciais	10.336	10.336	10.336
3 - Total	21.832	21.832	21.832
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1220 - Alimentos
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL INDUSTRIALIZAÇÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS, FARINHAS E MISTURAS PARA BOLO DOMÉSTICAS E DERIVADOS DE TRIGO.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO/E	30/04/2010	Dividendo	30/04/2010	ON	0,8774310000
02	AGO/E	30/04/2010	Dividendo	30/04/2010	PNA	0,8774310000
03	AGO/E	30/04/2010	Dividendo	30/04/2010	PNB	0,8774310000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 11/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	657.105	650.856
1.01	Ativo Circulante	325.979	312.861
1.01.01	Disponibilidades	95.133	95.649
1.01.02	Créditos	124.904	118.755
1.01.02.01	Clientes	91.221	90.483
1.01.02.02	Créditos Diversos	33.683	28.272
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições Soc. a Compensa	25.064	23.029
1.01.02.02.02	IR e CS Diferidos	0	0
1.01.02.02.03	Outros Créditos	8.619	5.243
1.01.03	Estoques	103.894	97.492
1.01.04	Outros	2.048	965
1.02	Ativo Não Circulante	331.126	337.995
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.954	66.647
1.02.01.01	Créditos Diversos	36.605	57.580
1.02.01.01.01	Impostos e Contribuições Soc. a Compensa	12.745	12.497
1.02.01.01.02	IR s CS Diferidos	20.153	41.597
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras	3.707	3.486
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.597	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.597	0
1.02.01.03	Outros	11.752	9.067
1.02.01.03.01	Ativo não circulante mantido para venda	915	5.904
1.02.01.03.02	Outras contas a receber	10.837	3.163
1.02.02	Ativo Permanente	280.172	271.348
1.02.02.01	Investimentos	51.536	54.548
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	27.673	30.685
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	6.463	6.463
1.02.02.01.06	Propriedade para investimento	17.400	17.400
1.02.02.02	Imobilizado	206.216	190.550
1.02.02.03	Intangível	22.420	26.250
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	657.105	650.856
2.01	Passivo Circulante	214.914	247.467
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.397	79.230
2.01.02	Debêntures	29.453	31.130
2.01.03	Fornecedores	58.167	43.952
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	21.153	37.853
2.01.05	Dividendos a Pagar	13.743	4.809
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	4.005	7.059
2.01.08	Outros	53.996	43.434
2.01.08.01	Verbas diretas	1.988	3.884
2.01.08.02	Fretes a pagar	7.140	6.729
2.01.08.03	Adiantamento de clientes	1.661	1.513
2.01.08.04	Salários e Encargos a pagar	16.181	11.585
2.01.08.05	Arrendamento Mercantil	296	280
2.01.08.06	Outras contas a pagar	26.730	19.443
2.02	Passivo Não Circulante	152.290	110.112
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	152.290	110.112
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	94.515	14.569
2.02.01.02	Debêntures	0	29.269
2.02.01.03	Provisões	12.561	15.340
2.02.01.03.01	Provisões para Contingências	12.561	15.340
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	45.214	50.934
2.02.01.06.01	Tributos a recolher	9.653	13.996
2.02.01.06.02	Arrendamento Mercantil	12.762	12.986
2.02.01.06.03	IR e CS Diferidos	11.059	10.977
2.02.01.06.04	Outros	11.740	12.975
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	289.901	293.277
2.05.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.05.02	Reservas de Capital	601	601
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	54.235	68.762
2.05.04.01	Legal	54.235	54.395
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	14.367
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.202	26.041
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.990	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	357.142	1.018.754	338.697	1.001.994
3.02	Deduções da Receita Bruta	(43.311)	(125.990)	(48.849)	(142.451)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	313.831	892.764	289.848	859.543
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(219.469)	(619.720)	(196.141)	(583.067)
3.05	Resultado Bruto	94.362	273.044	93.707	276.476
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(88.538)	(261.971)	(100.236)	(267.820)
3.06.01	Com Vendas	(65.277)	(177.022)	(64.618)	(177.051)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(23.082)	(68.196)	(24.413)	(66.616)
3.06.03	Financeiras	(1.567)	(8.702)	(3.846)	(8.286)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.889	11.696	3.581	15.283
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.456)	(20.398)	(7.427)	(23.569)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	946	(9.546)	(4.373)	(13.953)
3.06.05.01	Honorários da Administração	(1.522)	(4.566)	(1.447)	(3.993)
3.06.05.02	Depreciação e Amortização	(2.967)	(8.729)	(2.701)	(7.180)
3.06.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	5.435	3.749	(225)	(2.780)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	442	1.495	(2.986)	(1.914)
3.07	Resultado Operacional	5.824	11.073	(6.529)	8.656
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.824	11.073	(6.529)	8.656
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	684	(56)
3.10.01	Provisão para IR e CSLL	0	0	1.161	(56)
3.10.02	IR - Incentivo Fiscal Sudene	0	0	(477)	0
3.11	IR Diferido	(27)	(83)	(84)	(254)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	5.797	10.990	(5.929)	8.346
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	21.832	21.832	21.832	21.832
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,26553	0,50339		0,38228
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,27157)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.371	34.413	28.687	113.543
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.085	39.459	6.659	39.133
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	5.797	10.990	(5.929)	8.346
4.01.01.02	Depreciação e amortização	5.244	16.569	4.483	12.219
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(442)	(1.495)	2.986	1.914
4.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado baixado	3.118	3.611	216	216
4.01.01.05	Const. provisão para devedores duvidosos	316	385	83	1.280
4.01.01.06	Constituição provisão para contingência	(2.086)	(2.779)	194	76
4.01.01.07	Const. (reversão) prov. p/perdas estoque	(128)	1	145	782
4.01.01.08	Const. (reversão) prov. p/bonificações	740	748	254	1.026
4.01.01.09	Const. IR e CS Diferidos	27	83	84	254
4.01.01.10	Juros, var. monetária e cambial, líquida	3.499	11.346	3.747	12.624
4.01.01.11	Baixa de Investimentos	0	0	396	396
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(1.714)	(5.046)	22.028	74.410
4.01.02.01	Contas a receber de clientes	(7.998)	(1.871)	6.438	19.664
4.01.02.02	Estoques	2.962	(6.403)	(1.982)	(11.216)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	4.232	(2.283)	(9.061)	(12.155)
4.01.02.04	Partes relacionadas ativa	(1.149)	(2.597)	(424)	29.560
4.01.02.05	Bens destinados a venda	0	0	0	(115)
4.01.02.06	Outros créditos	(939)	(11.503)	4.954	6.317
4.01.02.07	Fornecedores	5.062	14.215	13.723	17.710
4.01.02.08	Tributos e recolher	(15)	(844)	3.655	6.071
4.01.02.09	Salários a pagar	1.784	4.596	1.890	1.662
4.01.02.10	Partes relacionadas passiva	336	(3.054)	(2.893)	(132)
4.01.02.11	Verbas diretas	0	0	(231)	635
4.01.02.12	Fretes a pagar	273	411	360	1.308
4.01.02.13	Adiantamentos de clientes	15	148	890	(22)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.01.02.14	Outras contas a pagar	(6.277)	4.139	4.709		15.123
4.01.03	Outros	0	0	0		0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(2.715)	(22.520)	(17.851)		(58.198)
4.02.01	Investimentos	0	0	0		(10.309)
4.02.02	Intangível	(463)	(1.478)	(1.859)		(6.376)
4.02.03	Imobilizado	(7.241)	(30.538)	(16.148)		(41.803)
4.02.04	Recebimento de dividendos	0	4.507	0		134
4.02.05	Incorporação de Investimentos	0	0	156		156
4.02.06	Valor da venda de ativo imobilizado	4.989	4.989	0		0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	10.310	(12.409)	(14.384)		(41.559)
4.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	47.930	118.243	23.813		76.554
4.03.02	Captação de debêntures	0	0	0		0
4.03.03	Dividendos distribuídos	(5.416)	(5.416)	0		(15.585)
4.03.04	Amort. de empréstimos e financiamentos	(14.913)	(90.278)	(19.188)		(40.538)
4.03.05	Amortização de debêntures	(17.291)	(34.958)	(19.009)		(40.239)
4.03.06	Amortização de partes relacionadas	0	0	0		(21.751)
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0		0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	21.966	(516)	(3.548)		13.786
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.167	95.649	103.854		86.520
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.133	95.133	100.306		100.306

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	197.873	601	0	54.289	5.193	26.148	284.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	197.873	601	0	54.289	5.193	26.148	284.104
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.797	0	5.797
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(54)	0	54	0
5.13	Saldo Final	197.873	601	0	54.235	10.990	26.202	289.901

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	197.873	601	0	68.762	0	26.041	293.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	197.873	601	0	68.762	0	26.041	293.277
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.990	0	10.990
5.05	Destinações	0	0	0	(14.367)	0	0	(14.367)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(14.367)	0	0	(14.367)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(160)	0	161	1
5.13	Saldo Final	197.873	601	0	54.235	10.990	26.202	289.901

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	641.619	632.105
1.01	Ativo Circulante	326.720	313.306
1.01.01	Disponibilidades	95.603	95.954
1.01.02	Créditos	125.147	118.885
1.01.02.01	Clientes	91.399	90.537
1.01.02.02	Créditos Diversos	33.748	28.348
1.01.02.02.01	Impostos e contribuições soc.a compensar	25.086	23.049
1.01.02.02.02	IR s CS Diferidos	0	0
1.01.02.02.03	Outros créditos	8.662	5.299
1.01.03	Estoques	103.894	97.492
1.01.04	Outros	2.076	975
1.02	Ativo Não Circulante	314.899	318.799
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.977	66.669
1.02.01.01	Créditos Diversos	36.605	57.580
1.02.01.01.01	Impostos e contribuições soc.a compensar	12.745	12.497
1.02.01.01.02	IR e CS Diferidos	20.153	41.597
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras	3.707	3.486
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.597	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	2.597	0
1.02.01.03	Outros	11.775	9.089
1.02.01.03.01	Ativo não circulante mantido para venda	915	5.904
1.02.01.03.02	Outras contas a receber	10.860	3.185
1.02.02	Ativo Permanente	263.922	252.130
1.02.02.01	Investimentos	17.464	17.464
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	64	64
1.02.02.01.06	Propriedade para investimento	17.400	17.400
1.02.02.02	Imobilizado	217.639	202.017
1.02.02.03	Intangível	28.819	32.649
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	641.619	632.105
2.01	Passivo Circulante	209.725	239.235
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.397	79.230
2.01.02	Debêntures	29.453	31.130
2.01.03	Fornecedores	58.183	43.965
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	21.290	38.003
2.01.05	Dividendos a Pagar	13.743	4.809
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	10
2.01.08	Outros	52.659	42.088
2.01.08.01	Verbas diretas	1.988	3.884
2.01.08.02	Fretes a pagar	7.140	6.729
2.01.08.03	Outras contas a pagar	26.778	19.476
2.01.08.04	Salários e encargos a pagar	16.281	11.659
2.01.08.05	Adiantamento de clientes	472	340
2.02	Passivo Não Circulante	141.969	99.567
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	141.969	99.567
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	94.515	14.569
2.02.01.02	Debêntures	0	29.269
2.02.01.03	Provisões	12.561	15.340
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	12.561	15.340
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	34.893	40.389
2.02.01.06.01	Tributos a recolher	9.653	13.996
2.02.01.06.02	IR e CS Diferidos	13.500	13.418
2.02.01.06.03	Outros	11.740	12.975
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	24	26
2.05	Patrimônio Líquido	289.901	293.277
2.05.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.05.02	Reservas de Capital	601	601
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	54.235	68.762
2.05.04.01	Legal	54.235	54.395
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	14.367

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.202	26.041
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.990	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	357.195	1.019.403	345.300	1.026.951
3.02	Deduções da Receita Bruta	(43.459)	(126.469)	(49.765)	(145.592)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	313.736	892.934	295.535	881.359
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(219.119)	(618.840)	(200.387)	(596.898)
3.05	Resultado Bruto	94.617	274.094	95.148	284.461
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(88.676)	(262.597)	(101.518)	(275.293)
3.06.01	Com Vendas	(65.277)	(177.022)	(66.326)	(181.803)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(23.122)	(68.336)	(25.247)	(68.771)
3.06.03	Financeiras	(1.238)	(7.708)	(3.594)	(7.465)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	4.893	11.707	3.608	15.465
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.131)	(19.415)	(7.202)	(22.930)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	961	(9.531)	(6.351)	(17.254)
3.06.05.01	Honorários da administração	(1.522)	(4.566)	(1.447)	(3.993)
3.06.05.02	Depreciação e amortização	(2.967)	(8.729)	(2.707)	(7.378)
3.06.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	5.450	3.764	(2.197)	(5.883)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	5.941	11.497	(6.370)	9.168
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.941	11.497	(6.370)	9.168
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(117)	(424)	525	(568)
3.10.01	Provisão para IR e Contribuição Social	(117)	(424)	1.002	(568)
3.10.02	IR - Incentivo Fiscal Sudene	0	0	(477)	0
3.11	IR Diferido	(27)	(83)	(84)	(254)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	5.797	10.990	(5.929)	8.346
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	21.832	21.832	21.832	21.832
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,26553	0,50339		0,38228
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,27157)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.298	38.924	27.851	113.006
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.528	41.046	5.615	39.064
4.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	5.797	10.990	(5.929)	8.346
4.01.01.02	Depreciação e amortização	5.245	16.661	4.997	12.465
4.01.01.03	Equivalência patrimonial	0	0	0	0
4.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado baixado	3.118	3.611	216	216
4.01.01.05	Const. provisão para devedores duvidosos	316	385	83	1.280
4.01.01.06	Constituição provisão para contingências	(2.086)	(2.779)	194	77
4.01.01.07	Const (reversão)prov. p/ perdas estoque	(128)	1	145	782
4.01.01.08	Const (reversão)prov. p/ bonificações	740	748	254	1.026
4.01.01.09	Const. IR e CS Diferidos	27	83	84	254
4.01.01.10	Juros, var. monetária e cambial, líquida	3.499	11.346	3.745	12.792
4.01.01.11	Baixas dos Investimentos	0	0	1.826	1.826
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(2.230)	(2.122)	22.236	73.942
4.01.02.01	Contas a receber de clientes	(8.119)	(1.995)	6.609	18.338
4.01.02.02	Estoques	2.962	(6.403)	(1.987)	(10.427)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	4.231	(2.285)	(9.024)	(12.378)
4.01.02.04	Partes relacionadas ativa	(1.149)	(2.597)	(424)	31.010
4.01.02.05	Bens destinados à venda	0	0	0	(114)
4.01.02.06	Outros créditos	(946)	(11.506)	5.233	5.834
4.01.02.07	Fornecedores	5.065	14.218	14.113	19.485
4.01.02.08	Tributos a recolher	(60)	(856)	3.479	6.013
4.01.02.09	Salários a pagar	1.785	4.622	2.040	2.245
4.01.02.10	Partes relacionadas passiva	0	(15)	(3.341)	(1.480)
4.01.02.11	Verbas diretas	0	0	(231)	635
4.01.02.12	Dividendos propostos	0	39	0	0
4.01.02.13	Fretes a pagar	273	411	360	1.308

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.01.02.14	Adiantamento de clientes	(1)	132	561	(1.782)	
4.01.02.15	Outras contas a pagar	(6.271)	4.113	4.848	15.255	
4.01.03	Outros	0	0	0	0	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(2.715)	(27.074)	(17.731)	(57.731)	
4.02.01	Investimentos	0	0	0	(8.919)	
4.02.02	Intangível	(463)	(1.478)	(2.371)	(6.895)	
4.02.03	Imobilizado	(7.241)	(30.585)	(15.360)	(41.917)	
4.02.04	Valor da venda de ativo imobilizado	4.989	4.989	0	0	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	10.380	(12.201)	(14.322)	(41.297)	
4.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	47.930	118.243	24.045	76.900	
4.03.02	Captação de debêntures	0	0	0	0	
4.03.03	Dividendos distribuídos	(5.416)	(5.416)	0	(15.544)	
4.03.04	Amort. de empréstimos e financiamentos	(14.843)	(90.070)	(19.358)	(40.663)	
4.03.05	Amortização de debêntures	(17.291)	(34.958)	(19.009)	(40.239)	
4.03.06	Amortização de partes relacionadas	0	0	0	(21.751)	
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	21.963	(351)	(4.202)	13.978	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.640	95.954	104.872	86.692	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.603	95.603	100.670	100.670	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	197.873	601	0	54.289	5.193	26.148	284.104
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	197.873	601	0	54.289	5.193	26.148	284.104
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	5.797	0	5.797
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(54)	0	54	0
5.13	Saldo Final	197.873	601	0	54.235	10.990	26.202	289.901

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	197.873	601	0	68.762	0	26.041	293.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	197.873	601	0	68.762	0	26.041	293.277
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	10.990	0	10.990
5.05	Destinações	0	0	0	(14.367)	0	0	(14.367)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	(14.367)	0	0	(14.367)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	(160)	0	161	1
5.13	Saldo Final	197.873	601	0	54.235	10.990	26.202	289.901

1. Contexto operacional

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. ("Companhia") atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, norte, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

c) Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2010 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 4 de maio de 2011.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1 Base de consolidação

Base de consolidação a partir de 1 de janeiro de 2010

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2010 e de 2009, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		30/09/10	30/09/09
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,33	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,90	99,90

- (i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

Base de consolidação a partir de 1º de janeiro de 2010--Continuação

- (ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

A controlada Tergran é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Comparando com os requerimentos mencionados acima, os quais são aplicados de forma prospectiva, a seguinte diferença era aplicável e foi ajustada aos requerimentos mencionados acima, para fins de comparabilidade: as participações de não controladores representavam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido que não era detida pela Companhia e eram apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido da controladora.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Imposto diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às taxas aplicáveis a época das realizações desses ativos e passivos, de acordo com a legislação na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponíveis para venda.

Nos trimestres findo em 30 de setembro de 2010 e de 2009 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: "forwards", "opções" ou "swap".

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e mútuo com empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a empresas associadas.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.10 Imobilizado

Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Na data de transição para as normas internacionais de contabilidade – IFRS e novos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC nº 37 e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs nº 27, nº 28, nº 37 e nº 43, avaliou suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Terrenos de determinadas unidades para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado--Continuação

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na Nota 14.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 31 de dezembro de 2010. A Administração da Companhia e controladas avaliou os impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto significativo nas informações anuais da Companhia e controladas no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passará a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)--Continuação

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das normas de IFRS quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.

Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- IFRIC 13 - Programa de Fidelidade.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas informações trimestrais consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 20.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Adoção inicial dos CPCs

As Informações Trimestrais - ITR, originalmente apresentadas em 11 de novembro de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados a seguir:

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Balanco Patrimonial – Controladora

Item	30/09/10			31/12/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades	95.133	-	95.133	95.649	-	95.649
Clientes	91.221	-	91.221	90.483	-	90.483
Estoques	103.894	-	103.894	97.492	-	97.492
Impostos e contribuições sociais a compensar	25.064	-	25.064	23.029	-	23.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c) 1.909	(1.909)	-	23.353	(23.353)	-
Outros créditos	10.667	-	10.667	6.208	-	6.208
Total do ativo circulante	327.888	(1.909)	325.979	336.214	(23.353)	312.861
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	3.707	-	3.707	3.486	-	3.486
Créditos com pessoas ligadas	2.597	-	2.597	-	-	-
Ativo não circulante mantido para venda	915	-	915	5.904	-	5.904
Impostos e contribuições sociais a Compensar	12.745	-	12.745	12.497	-	12.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c) 18.244	1.909	20.153	18.244	23.353	41.597
Outras contas a receber	10.837	-	10.837	3.163	-	3.163
Propriedade para investimentos	(c) -	17.400	17.400	-	17.400	17.400
Investimentos	(a) 23.004	11.132	34.136	26.016	11.132	37.148
Imobilizado	(a) 191.088	15.128	206.216	175.665	14.885	190.550
Intangível	(c) 28.819	(6.399)	22.420	32.649	(6.399)	26.250
Total do ativo não circulante	291.956	39.170	331.126	277.624	60.371	337.995
Total do ativo	619.844	37.261	657.105	613.838	37.018	650.856

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Balanco Patrimonial – Controladora--Continuação

Item	30/09/10			31/12/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	58.167	-	58.167	43.952	-	43.952
Empréstimos e financiamentos	34.397	-	34.397	79.230	-	79.230
Debêntures	29.453	-	29.453	31.130	-	31.130
Arrendamento mercantil	296	-	296	280	-	280
Impostos, taxas e contribuições	21.153	-	21.153	37.853	-	37.853
Salários e encargos a pagar	16.181	-	16.181	11.585	-	11.585
Dívidas com pessoas ligadas	4.005	-	4.005	7.059	-	7.059
Fretes a pagar	7.140	-	7.140	6.729	-	6.729
Dividendos a pagar	13.743	-	13.743	4.809	-	4.809
Adiantamento de clientes	1.661	-	1.661	1.513	-	1.513
Outras contas a pagar	28.718	-	28.718	23.327	-	23.327
Total do passivo circulante	214.914	-	214.914	247.467	-	247.467
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.515	-	94.515	14.569	-	14.569
Debêntures	-	-	-	29.269	-	29.269
Arrendamento mercantil	12.762	-	12.762	12.986	-	12.986
Tributos a recolher	9.653	-	9.653	13.996	-	13.996
Provisão para contingências	12.561	-	12.561	15.340	-	15.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(b)	- 11.059	11.059	- 10.977	-	10.977
Outras contas a pagar	11.740	-	11.740	12.975	-	12.975
Total do passivo não circulante	141.231	11.059	152.290	99.135	10.977	110.112
Patrimônio líquido						
Capital social realizado	197.873	-	197.873	197.873	-	197.873
Reserva de capital	601	-	601	601	-	601
Reservas de lucros	54.395	(160)	54.235	68.762	-	68.762
Lucros acumulados	(a)	10.830 160	10.990	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(a)	- 26.202	26.202	- 26.041	-	26.041
Total do passivo e patrimônio líquido	263.699	26.202	289.901	267.236	26.041	293.277
Total do passivo e patrimônio líquido	619.844	37.261	657.105	613.838	37.018	650.856

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Demonstração de resultado do trimestre – Controladora

Item	30/09/10			30/09/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	313.831	-	313.831	289.848	-	289.848
Custo dos produtos vendidos	(a) (219.550)	81	(219.469)	(196.389)	248	(196.141)
Lucro bruto	94.281	81	94.362	93.459	248	93.707
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(65.277)	-	(65.277)	(64.618)	-	(64.618)
Despesas gerais e administrativas	(23.082)	-	(23.082)	(24.413)	-	(24.413)
Honorários da administração	(1.522)	-	(1.522)	(1.447)	-	(1.447)
Resultado da equivalência patrimonial	442	-	442	(2.986)	-	(2.986)
Depreciação e amortização	(2.967)	-	(2.967)	(2.701)	-	(2.701)
Outras despesas operacionais, líquidas	5.435	-	5.435	(225)	-	(225)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	7.310	81	7.391	(2.931)	248	(2.683)
Receitas financeiras	4.889	-	4.889	3.581	-	3.581
Despesas financeiras	(6.456)	-	(6.456)	(7.427)	-	(7.427)
	(1.567)	-	(1.567)	(3.846)	-	(3.846)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.743	81	5.824	(6.777)	248	(6.529)
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	-	-	-	684	-	684
Diferidos	(b) -	(27)	(27)	-	(84)	(84)
	-	(27)	(27)	684	(84)	600
Lucro/ prejuízo do período	5.743	54	5.797	(6.093)	164	(5.929)

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Demonstração de resultado acumulado – Controladora

Item	30/09/10			30/09/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	892.764	-	892.764	859.543	-	859.543
Custo dos produtos vendidos	(a) (619.963)	243	(619.720)	(583.813)	746	(583.067)
Lucro bruto	272.801	243	273.044	275.730	746	276.476
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(177.022)	-	(261.971)	(177.051)	-	(177.051)
Despesas gerais e administrativas	(68.196)	-	(177.022)	(66.616)	-	(66.616)
Honorários da administração	(4.566)	-	(68.196)	(3.993)	-	(3.993)
Resultado da equivalência patrimonial	1.495	-	1.495	(1.914)	-	(1.914)
Depreciação e amortização	8.729	-	8.729	(7.180)	-	(7.180)
Outras despesas operacionais, líquidas	3.749	-	3.749	(2.780)	-	(2.780)
	(253.269)	-	(253.026)	(259.534)	-	(260.279)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	19.532	243	20.018	16.196	746	16.942
Receitas financeiras	11.696	-	11.696	15.283	-	15.283
Despesas financeiras	(20.398)	-	(20.398)	(23.569)	-	(23.569)
	(8.702)	-	(8.702)	(8.286)	-	(8.286)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.830	243	11.073	7.910	746	8.656
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferidos	(b) -	(83)	(83)	(56)	(254)	(310)
	-	(83)	(83)	(56)	(254)	(310)
Lucro/ prejuízo do período	10.830	160	10.990	7.854	492	8.346

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Balço Patrimonial – Consolidado

Item	30/09/10			31/12/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Disponibilidades	95.603	-	95.603	95.954	-	95.954
Clientes	91.399	-	91.399	90.537	-	90.537
Estoques	103.894	-	103.894	97.492	-	97.492
Impostos e contribuições sociais a compensar	25.086	-	25.086	23.049	-	23.049
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c) 1.909	(1.909)	-	23.353	(23.353)	-
Outros créditos	10.738	-	10.738	6.274	-	6.274
Total do ativo circulante	328.629	(1.909)	326.720	336.659	(23.353)	313.306
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	3.707	-	3.707	3.486	-	3.486
Créditos com pessoas ligadas	2.597	-	2.597	-	-	-
Ativo não circulante mantido para venda	915	-	915	5.904	-	5.904
Impostos e contribuições sociais a Compensar	12.745	-	12.745	12.497	-	12.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c) 18.244	1.909	20.153	18.244	23.353	41.597
Outras contas a receber	10.860	-	10.860	3.185	-	3.185
Propriedade para investimentos	(c) -	17.400	17.400	-	17.400	17.400
Investimentos	64	-	64	64	-	64
Imobilizado	(a) 195.332	22.307	217.639	179.953	22.064	202.017
Intangível	28.819	-	28.819	32.649	-	32.649
Total do ativo não circulante	273.283	41.616	314.899	255.982	62.817	318.799
Total do ativo	601.912	39.707	641.619	592.641	39.464	632.105

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Balanco Patrimonial – Consolidado--Continuação

Item	30/09/10			31/12/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	58.813	-	58.813	43.952	-	43.952
Empréstimos e financiamentos	34.397	-	34.397	79.230	-	79.230
Debêntures	29.453	-	29.453	31.130	-	31.130
Arrendamento mercantil	296	-	296	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	21.290	-	21.290	38.003	-	38.003
Salários e encargos a pagar	16.281	-	16.281	11.659	-	11.659
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	-	10	-	10
Fretes a pagar	7.140	-	7.140	6.729	-	6.729
Dividendos a pagar	13.743	-	13.743	4.809	-	4.809
Adiantamento de clientes	472	-	472	340	-	340
Outras contas a pagar	28.766	-	28.766	23.360	-	23.360
Total do passivo circulante	209.725	-	209.725	239.235	-	239.235
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	94.515	-	94.515	14.569	-	14.569
Debêntures	-	-	-	29.269	-	29.269
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher	9.653	-	9.653	13.996	-	13.996
Provisão para contingências	12.561	-	12.561	15.340	-	15.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	13.499	13.499	-	13.418	13.418
Outras contas a pagar	11.740	-	11.740	12.975	-	12.975
Total do passivo não circulante	128.469	13.499	141.968	86.149	13.418	99.567
Patrimônio líquido						
Capital social realizado	197.873	-	197.873	197.873	-	197.873
Reserva de capital	601	-	601	601	-	601
Reservas de lucros	54.395	(160)	54.235	68.762	-	68.762
Lucros acumulados	10.830	160	10.990	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	26.202	26.202	-	26.041	26.041
	263.699	26.202	289.902	267.236	26.041	293.277
Participação de não controladores						
	19	5	24	21	5	26
	263.718	26.207	289.926	267.257	26.046	293.303
Total do passivo e patrimônio líquido	601.912	39.707	641.619	592.641	39.464	632.105

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Demonstração de resultado do trimestre – Consolidado

Item	30/09/10			30/09/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	313.736	-	313.736	295.535	-	295.535
Custo dos produtos vendidos	(a) (219.200)	81	(219.119)	(200.635)	248	(200.387)
Resultado bruto	94.536	81	94.617	94.900	248	95.148
Despesas/receitas operacionais						
Com vendas	(65.277)	-	(65.277)	(66.326)	-	(66.326)
Gerais e administrativas	(23.122)	-	(23.122)	(25.247)	-	(25.247)
Honorários da administração	(1.522)	-	(1.522)	(1.447)	-	(1.447)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(2.967)	-	(2.967)	(2.707)	-	(2.707)
Outras despesas operacionais líquidas	5.450	-	5.450	(2.197)	-	(2.197)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	7.098	81	7.179	(3.024)	248	(2.776)
Receitas financeiras	4.893	-	4.893	3.608	-	3.608
Despesas financeiras	(6.131)	-	(6.131)	(7.202)	-	(7.202)
	(1.238)	-	(1.238)	(3.594)	-	(3.594)
Resultado antes tributação/participações	5.860	81	5.941	(6.618)	248	(6.370)
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(117)	-	(117)	525	-	525
Diferidos	(b) -	(27)	(27)	-	(84)	(84)
	(117)	(27)	(144)	525	(84)	441
Lucro/ prejuízo do período	5.743	54	5.797	(6.093)	164	(5.929)

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

Demonstração de resultado acumulado – Consolidado

Item	30/09/10			30/09/09		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida	892.934	-	892.934	881.359	-	881.359
Custo dos produtos vendidos (a)	(619.083)	243	(618.840)	(597.644)	746	(596.898)
Lucro bruto	273.851	243	274.094	283.715	746	284.461
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(177.022)	-	(177.022)	(181.803)	-	(181.803)
Despesas gerais e administrativas	(68.336)	-	(68.336)	(68.771)	-	(68.771)
Honorários da administração	(4.566)	-	(4.566)	(3.993)	-	(3.993)
Depreciação e amortização	(8.729)	-	(8.729)	(7.378)	-	(7.378)
Outras despesas operacionais, líquidas	3.764	-	3.764	(5.883)	-	(5.883)
	(254.889)	-	(254.889)	(267.828)	-	(267.828)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	18.962	243	19.205	15.887	746	16.633
Receitas financeiras	11.707	-	11.707	15.465	-	15.465
Despesas financeiras	(19.415)	-	(19.415)	(22.930)	-	(22.930)
	(7.708)	-	(7.708)	(7.465)	-	(7.465)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.254	243	11.497	8.422	746	9.168
Imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(424)	-	(424)	(568)	-	(568)
Diferidos (b)	-	(83)	(83)	-	(254)	(254)
	-	(83)	(507)	(568)	(254)	(822)
Lucro do período	10.830	160	10.990	7.854	492	8.346

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

- a) Refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e propriedade para investimentos, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, que compreenderam determinadas unidades da Companhia, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento e conforme descrito na Nota 12. Os novos custos atribuídos na data de transição estão abaixo apresentados:

	Em 1º de janeiro de 2009		
	Práticas contábeis anteriores	Ajustes	Novas práticas contábeis
<u>Imobilizado</u>			
Terrenos	6.915	12.592	19.507
Edificações e outros imóveis	39.453	32.027	71.480
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	46.266	(19.396)	26.870
Móveis e utensílios	3.471	555	4.026
	<u>96.105</u>	<u>25.778</u>	<u>121.883</u>
<u>Propriedade para investimentos</u>			
Terrenos	3.865	7.184	11.049
Edificações e outros imóveis	847	5.504	6.351
	<u>4.712</u>	<u>12.688</u>	<u>17.400</u>
	<u>100.817</u>	<u>38.466</u>	<u>139.283</u>

- b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção de novo custo atribuído descrito no item anterior.
- c) Além dos ajustes contábeis demonstrados e descritos anteriormente, a Companhia procedeu às seguintes reclassificações:
- Reclassificação do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos anteriormente classificado como ativo circulante, no montante de R\$ 1.909 e R\$ 23.353, em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, para o ativo não circulante;
 - Reclassificação de propriedade para investimento anteriormente classificados como imobilizado, no montante de R\$ 17.400, em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, para “propriedade para investimentos”; e

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Adoção inicial dos CPCs--Continuação

- iii) Reclassificação do ágio no balanço patrimonial da controladora para investimentos, no montante de R\$ 6.399, em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

5. Caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Bancos conta movimento	3.190	5.177	3.377	5.189
Aplicações financeiras:				
<i>Circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	-	20.247	283	20.540
CDB – Certificado de depósito bancário	91.943	70.225	91.943	70.225
	95.133	95.649	95.603	95.954
<i>Não Circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	3.052	2.864	3.052	2.864
CDB – Certificado de depósito bancário	655	622	655	622
	3.707	3.486	3.707	3.486
	98.840	99.135	99.310	99.440

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata, exceto as operações que estão classificadas no não circulante, as quais foram dadas em garantia de fiança bancária de processo judicial com prazo indeterminado referente a J.Macêdo S.A – Comércio, Administração e Participações, controladora da J.Macêdo S.A..

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Clientes no país	100.627	101.919	100.805	101.973
Desconto de verbas contratuais	(7.569)	(6.821)	(7.569)	(6.821)
Provisão devedores duvidosos	(1.837)	(4.615)	(1.837)	(4.615)
	91.221	90.483	91.399	90.537

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, contas a receber no valor de R\$ 25.900 se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Nota 18).

A abertura do saldo por idade de vencimento está abaixo demonstrada:

Prazo:	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
A vencer	95.310	90.368	95.488	90.422
1 a 30 dias	2.643	5.409	2.643	5.409
31 a 60 dias	592	776	592	776
61 a 90 dias	110	718	110	718
91 a 120 dias	189	228	189	228
121 a 150 dias	172	154	172	154
151 a 180 dias	169	224	169	224
Vencidos há mais de 180 dias	1.442	4.042	1.442	4.042
	100.627	101.919	100.805	101.973

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os períodos findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Saldo inicial do trimestre	(1.521)	(3.152)	(1.521)	(3.152)
Constituição de provisão	(316)	(1.463)	(316)	(1.463)
Reversões e baixas	-	-	-	-
Saldo final	(1.837)	(4.615)	(1.837)	(4.615)

7. Partes relacionadas

As informações trimestrais incluem as informações financeiras da Companhia e controladas relacionadas na Nota 2.1.

O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos períodos findos naquelas datas.

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Partes relacionadas--Continuação

Companhias	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Ativo				
J. Macêdo Alimentos S.A.	2.596	-	2.596	-
Sul Trigo Cereais Comércio Ltda	1	-	1	-
	2.597	-	2.597	-
Passivo				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	4.005	7.049	-	-
J. Macêdo Alimentos S.A.		10		10
	4.005	7.059	-	10

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J. Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J. Macêdo Alimentos S.A.
- J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Nota 2.1, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos períodos sociais em questão:

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Partes relacionadas--Continuação

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Cipolin S.A. (1)	30.540	25.373	30.540	25.373
Pico da Caledônia S.A.	490	493	-	-
Tergran Ltda	747	677	-	-
	31.777	26.543	30.540	25.373

(1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina, EUA e Uruguai a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.025 (R\$ 12.300/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No terceiro trimestre de 2010, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 1.522 (R\$ 1.447 no terceiro trimestre de 2009).

Participação dos colaboradores e administradores nos resultados

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. No terceiro trimestre de 2010 e de 2009, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes de R\$ 79 e R\$ 1.114 respectivamente.

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Partes relacionadas--Continuação

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária, cujo valor em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 3.707, para a J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações, conforme citado na Nota 5.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 9% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Matéria prima	22.747	21.326	22.747	21.326
Importações em andamento	15.228	1.641	15.228	1.641
Produtos em processo	2.758	1.644	2.758	1.644
Produtos acabados	36.635	35.264	36.635	35.264
Materiais de produção	15.301	16.820	15.301	16.820
Materiais de manutenção e outros	5.840	5.342	5.840	5.342
Adiantamentos a fornecedores (a)	6.641	16.710	6.641	16.710
(-) Provisão para perdas em estoque	(1.256)	(1.255)	(1.256)	(1.255)
	103.894	97.492	103.894	97.492

(a) Substancialmente representado por adiantamentos a fornecedores de trigo.

A movimentação da provisão para perdas em estoques para os trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e de 31 de dezembro de 2009 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Saldo inicial do trimestre	(1.384)	(641)	(1.384)	(641)
Adições	(2.990)	(6.364)	(2.990)	(6.364)
Reversões e baixas	3.118	5.750	3.118	5.750
Saldo final	(1.256)	(1.255)	(1.256)	(1.255)

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	30/09/10			31/12/09		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	13.940	10.285	24.654	9.744	8.233	17.977
ICMS a recuperar sobre ativo Imobilizado	2.690	1.966	4.227	856	2.018	2.874
Imposto de renda a compensar	3.789	-	3.797	4.018	-	4.018
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.167	-	1.167
PIS e COFINS a compensar	2.999	494	2.868	5.898	2.246	8.144
Outros impostos e contribuições	1.646	-	1.646	1.346	-	1.346
	25.064	12.745	37.192	23.029	12.497	35.526

	Consolidado					
	30/09/10			31/12/09		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	13.940	10.285	24.654	9.744	8.233	17.977
ICMS a recuperar sobre ativo Imobilizado	2.690	1.966	4.227	856	2.018	2.874
Imposto de renda a compensar	3.811	-	3.819	4.038	-	4.038
Contribuição social a compensar	-	-	-	1.167	-	1.167
PIS e COFINS a compensar	2.999	494	2.868	5.898	2.246	8.144
Outros impostos e contribuições	1.646	-	1.646	1.346	-	1.346
	25.086	12.745	37.214	23.049	12.497	35.546

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrada pela alíquota efetiva. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	12.416	33.860	12.416	33.860
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos	1.570	1.570	1.570	1.570
Provisão para perdas com estoques	427	427	427	427
Provisão para contingências	5.215	5.215	5.215	5.215
Outras provisões	525	525	525	525
Total diferido ativo	20.153	41.597	20.153	41.597
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.059)	(10.977)	(13.500)	(13.418)
Total diferido passivo	(11.059)	(10.977)	(13.500)	(13.418)
Líquido IR e CS diferido	9.094	30.620	6.653	28.179

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Saldo inicial	9.540	(10.639)	7.099	(13.080)
Constituição	-	41.597	-	41.597
Realização de ajuste avaliação patrimonial	(28)	(338)	(28)	(338)
Compensações/ Refis IV (Nota 21)	(418)	-	(418)	-
	9.094	30.620	6.653	28.179

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2010 serão realizados nos seguintes prazos:

	Consolidado
	30/09/10
2010	1.909
2011	4.563
2012	6.564
2013	7.117
	20.153

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Corrente				
Imposto de renda	-	330	(86)	386
Contribuição social	-	354	(31)	139
	-	684	(117)	525
Diferidos				
Imposto de renda	(20)	(61)	(20)	(61)
Contribuição social	(7)	(23)	(7)	(23)
	(27)	(84)	(27)	(84)
	(27)	600	(144)	441

Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a Companhia estima utilizar em 2010, R\$ 21.025 de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação das multas, juros e encargos legais relativos aos débitos incluídos no parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – “REFIS”, descrito na Nota 21.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida, situado em Bayeux – PB, no montante de R\$ 915 (31 de dezembro de 2009: R\$ 915).

Em setembro de 2010, ocorreu a transação da venda do imóvel da Rua Raimundo Pereira de Magalhães, 777, em São Paulo, mediante instrumento particular de promessa de venda e compra de imóvel e outras avenças.

12. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Participações em empresas controladas	27.673	30.685	-	-
Ágio (Nota 15a)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	34.136	37.148	64	64

	30/09/2010		
	Tergran	Pico da Caledônia	Total
Informações sobre as investidas			
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%	
Capital social	9.204	18.389	
Patrimônio líquido	10.315	19.520	
Lucro líquido do período	1.095	1.131	
Movimentação dos investimentos			
Saldo inicial	3.374	27.311	30.685
Distribuição de lucros	(300)	(4.207)	-
Equivalência patrimonial	295	758	1.053
Saldo final	3.369	23.862	27.231

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado

a) Controladora

a.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	
				30/09/10	31/12/09
(a) Controladora:					
Terrenos	-	11.490	-	11.490	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	131.283	(65.019)	66.264	68.586
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	9.825	(1.250)	8.575	8.637
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,09	164.764	(83.047)	81.717	56.861
Instalações	7,96	27.510	(21.443)	6.067	5.267
Móveis e utensílios	15,03	10.573	(6.705)	3.868	4.058
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	8.025	(4.915)	3.110	3.663
Veículos	19,55	2.132	(887)	1.245	1.411
Outros	14	2.863	(1.054)	1.809	1.185
		368.465	(184.320)	184.145	161.158
Imobilizado em andamento	-	15.104	-	15.104	22.019
Adiantamento a fornecedores	-	6.967	-	6.967	7.373
		390.536	(184.320)	206.216	190.550

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/09	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/09/10
Terrenos	11.490	-	-	-	-	11.490
Edificações e outros imóveis	68.586	204	-	273	(2.799)	66.264
Benfeitorias em bens de terceiros	8.637	407	-	6	(475)	8.575
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	56.861	19.207	(1.959)	14.431	(6.823)	81.717
Instalações	5.267	1.351	(20)	62	(593)	6.067
Móveis e utensílios	4.058	407	(156)	5	(446)	3.868
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	3.663	320	(16)	-	(857)	3.110
Veículos	1.411	-	-	-	(166)	1.245
Outros	1.185	910	(6)	-	(280)	1.809
Imobilizado em andamento	22.019	7.862	-	(14.777)	-	15.104
Adiantamento a fornecedores	7.373	13.363	(13.769)	-	-	6.967
	190.550	44.031	(15.926)	-	(12.439)	206.216

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	
				30/09/10	31/12/09
(b) Consolidado:					
Terrenos	-	21.018	-	21.018	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	134.063	(66.423)	67.640	70.034
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	9.825	(1.250)	8.575	8.637
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,09	167.035	(84.793)	82.242	57.354
Instalações	7,96	27.805	(21.734)	6.071	5.274
Móveis e utensílios	15,03	10.584	(6.726)	3.858	4.049
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	8.121	(5.011)	3.110	3.663
Veículos	19,55	2.132	(887)	1.245	1.411
Outros	14	2.863	(1.054)	1.809	1.185
		383.446	(187.878)	195.568	172.625
Imobilizado em andamento	-	15.104		15.104	22.019
Adiantamento a fornecedores	-				
		6.967		6.967	7.373
		405.517	(187.878)	217.639	202.017

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/09	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/09/10
Terrenos	21.018	-	-	-	-	21.018
Edificações e outros imóveis	70.034	204	-	273	(2.871)	67.640
Benfeitorias em bens de terceiros	8.637	407	-	6	(475)	8.575
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	57.354	19.305	(1.965)	14.431	(6.883)	82.242
Instalações	5.274	1.351	(20)	62	(596)	6.071
Móveis e utensílios	4.049	408	(156)	5	(448)	3.858
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	3.663	323	(16)	-	(860)	3.110
Veículos	1.411	-	-	-	(166)	1.245
Outros	1.185	910	(6)	-	(280)	1.809
Imobilizado em andamento	22.019	7.862	-	(14.777)	-	15.104
Adiantamento a fornecedores	7.373	13.363	(13.769)	-	-	6.967
	202.017	44.133	(15.932)	-	(12.579)	217.639

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado--Continuação

O imobilizado em andamento está representado por reformas e ampliações em instalações industriais e máquinas e equipamentos com previsão de conclusão e instalação em 2010.

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi indicado para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 17, e para contingências.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil são classificados como arrendamentos.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1) Ativo Imobilizado ("Propriedades com arrendamento mercantil"):

Tipo	Prazo do contrato (anos)	Custo (*)	30/09/10 Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	31/12/09 Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos							
Industriais	21 e 22	45.310	(33.754)	11.556	45.310	(33.266)	12.044
Computadores	3	2.295	(956)	1.339	2.295	(612)	1.683
Veículos	2 e 3	-	-	-	133	(44)	89
		47.605	(34.710)	12.895	47.738	(33.922)	13.816

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado--Continuação

c.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

30/09/10			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2010	446	(374)	72
2011 a 2015	8.915	(7.138)	1.777
Após 2015	22.626	(11.417)	11.209
	<u>31.987</u>	<u>(18.929)</u>	<u>13.058</u>

31/12/09			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2010	1.486	(1.206)	280
2011 a 2015	8.766	(7.096)	1.670
Após 2015	23.072	(11.756)	11.316
	<u>33.324</u>	<u>(20.058)</u>	<u>13.266</u>

c.3) Contas de resultado

No trimestre findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia registrou no resultado do período, R\$ 162 (R\$ 196 no terceiro trimestre de 2009) de despesas de depreciação, R\$ 375 (R\$ 384 no terceiro trimestre de 2009) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 446 (R\$ 540 no terceiro trimestre de 2009).

d) Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
2010	848
2011 a 2014	387
	<u>1.235</u>

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Imobilizado--Continuação

d) Arrendamentos operacionais--Continuação

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 797 (R\$ 1.061 no terceiro trimestre de 2009).

15. Intangível

	Controladora		
	Softwares e sistemas informatizados (b)	Marcas e patentes	Total
	Definida	Indefinida	
Vida útil			
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2009	35.556	46	35.602
Adições – desenvolvimento interno	1.469	-	1.469
Operações descontinuadas	-	(46)	(46)
Em 30 de setembro de 2010	37.025	-	37.025
Amortização:			
Em 31 de dezembro de 2009	(9.352)	-	(9.352)
Amortização	(5.253)	-	(5.253)
Em 30 de setembro de 2010	(14.605)	-	(14.605)
Valor contábil líquido:			
Em 30 de setembro de 2010	22.420	-	22.420
Em 31 de dezembro de 2009	26.204	46	26.250

	Consolidado			
	Marcas e patentes	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados (b)	Total
	Indefinida	Indefinida	Definida	
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2009	46	6.399	35.556	42.001
Adições – desenvolvimento interno	-	-	1.469	1.469
Operações descontinuadas	(46)	-	-	(46)
Em 30 de setembro de 2010	-	6.399	37.025	43.424
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	(9.352)	(9.352)
Amortização	-	-	(5.253)	(5.253)
Em 30 de setembro de 2010	-	-	(14.605)	(14.605)
Valor contábil líquido:				
Em 30 de setembro de 2010	-	6.399	22.420	28.819
Em 31 de dezembro de 2009	46	6.399	26.204	32.649

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Intangível--Continuação

- (a) Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura decorrente de sinergias, ganhos em escala e fortalecimento da presença da Companhia no Estado de Minas Gerais. O valor da aquisição da Chiarini foi de R\$ 28.128, dos quais R\$ 19.484 representam o valor a pagar a maior em relação ao valor do patrimônio líquido pelos livros contábeis da Chiarini em 31 de dezembro de 2008. Do montante de R\$ 19.484, R\$ 13.135 foram alocados ao ativo imobilizado, basicamente, a máquinas e equipamentos e veículos, sendo que o saldo remanescente de R\$ 6.399 está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.
- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

16. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de insumos, sem a incidência de encargos financeiros. São geralmente liquidadas em prazos de 07 a 60 dias.

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de Juros (a.a.)	30/09/10	31/12/09
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	44.985	67.234
FINAME (2)	TJLP	1,9%	2.871	4.438
	Pré-fixado, TJLP e cesta de		66.345	-
FINEM BNDES (2)	moedas	2,45% à 4,5%		
Leasing	CDI	0,94%	233	1.869
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	14.478	20.258
			128.912	93.799
Circulante			(34.397)	(79.230)
Não circulante			94.515	14.569

- (1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)--
Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	30/09/10	31/12/09
2011	10.816	13.965
2012	29.715	604
2013	14.130	-
A partir de 2014	39.854	-
	94.515	14.569

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

18. Debêntures (controladora e consolidado)

	30/09/10	31/12/10
Passivo		
Circulante		
Principal	29.578	29.609
Encargos	287	1.933
(-)Custos de captação	(412)	(412)
	29.453	31.130
Não circulante		
Principal	-	29.578
(-)Custos de captação	-	(309)
	-	29.269
	29.453	60.399

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante bruto de R\$ 105.147 (inclui rendimento de 1º de setembro a 18 de outubro de 2007).

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação risco brBBB+ da "Standard & Poor's".

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	30/09/10	31/12/10
2011	-	29.578
	-	29.578

19. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

Valor justo--Continuação

- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações trimestrais.

	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Ativos financeiros				
<i>Contas a receber de clientes</i>	91.221	90.483	91.221	90.483
<i>Caixas e equivalente de caixa</i>	95.133	95.649	95.133	95.649
<i>Aplicações financeiras</i>	3.707	3.486	3.707	3.486
	190.061	189.618	190.061	189.618
Passivos financeiros				
<i>Contas a pagar a fornecedores</i>	58.167	43.952	58.167	43.952
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	128.912	93.799	128.912	93.799
<i>Debêntures</i>	29.453	60.399	29.453	60.399
<i>Arrendamento mercantil</i>	13.058	13.266	13.058	13.266
	229.590	211.416	229.590	211.416

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de aquisição de negócio com vida indefinida foi alocada à unidade geradora de caixa "Pouso Alegre", operação localizada no Estado de Minas Gerais.

Valor contábil do ágio alocado a essa unidade geradora de caixa:

	<u>30/09/10</u>	<u>31/12/09</u>
Valor contábil do ágio	6.399	6.399

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de agosto de 2009 e considera, entre outros fatores, a relação entre sua geração de caixa e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa Chiarini foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a demanda esperada de produtos. A taxa de desconto real antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,3% (2009: nominal de 12,2%) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados sem taxa de crescimento real, como em 2009, dado que a unidade atinge sua plena capacidade. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas – As margens brutas são baseadas nos valores médios obtidos nos exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens são aumentadas levemente ao longo do período orçamentário para fins dos ganhos de eficiência planejados.

Taxas de descontos – As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)--Continuação

Inflação de preços de matérias-primas – As variações de preços de matérias-primas vem sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado – Essas premissas são dados do segmento para taxas de crescimento, e que possibilitam que a Administração avalie como a posição da unidade relativamente aos seus concorrentes poderia mudar ao longo do período orçamentário. A Administração espera que a participação da Companhia do mercado de massas cresça consistentemente até o limite da capacidade produtiva que acontecerá em 2016.

21. Tributos a recolher

	Controladora					
	30/09/10			31/12/09		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	11.877	-	11.877	10.233	-	10.233
PIS e COFINS	9	-	9	3	-	3
IRPJ e CSSL	219	-	219	66	-	66
Parcelamento ICMS a recolher (a)	952	1.129	2.081	934	1.807	2.741
Diferimento ICMS (PROVIN)	3.680	2.398	6.078	4.218	3.153	7.371
REFIS IV (b)	3.699	6.126	9.825	21.678	9.036	30.714
INSS retido	304	-	304	362	-	362
ISS retido	105	-	105	146	-	146
Outros	308	-	308	213	-	213
Total	21.153	9.653	30.806	37.853	13.996	51.849

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Tributos a recolher--Continuação

	Consolidado					
	30/09/10			31/12/09		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	11.877	-	11.877	10.233	-	10.233
PIS e COFINS	37	-	37	40	-	40
IRPJ e CSSL	290	-	290	121	-	121
Parcelamento ICMS a recolher (a)	952	1.129	2.081	934	1.807	2.741
Diferimento ICMS (PROVIN)	3.680	2.398	6.078	4.218	3.153	7.371
REFIS IV (b)	3.699	6.126	9.825	21.678	9.036	30.714
INSS retido	341	-	341	388	-	388
ISS retido	105	-	105	148	-	148
Outros	309	-	309	243	-	243
Total	21.290	9.653	30.943	38.003	13.996	51.999

- a) Em 30 de setembro de 2010, os saldos em aberto são compostos por até 27 parcelas mensais.
- b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J.Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

De acordo com as normas legais acima referidas a dívida bruta totaliza R\$ 55.594. Nessa dívida foram considerados os débitos que não foram alvos de parcelamentos, reinclusões de débitos que tinham solicitados sua inclusão no PAES, parcelamentos em andamento dos PAES e PAEX, e débitos do REFIS I.

A redução legal sobre a dívida bruta totalizou R\$ 14.918. Conseqüentemente, o valor da dívida líquida, antes da compensação dos saldos de prejuízos fiscais importa no valor de R\$ 40.677 em 31 de dezembro de 2009. Em 30 de setembro de 2010, o saldo da dívida era de R\$ 20.468, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 21.444, os quais serão utilizados para quitação parcial da referida dívida.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Tributos a recolher--Continuação

Ainda assim, após sua consolidação, o saldo de R\$ 20.468, deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de depósitos judiciais, no valor de R\$ 10.643, atualizados até 30 de setembro de 2010, reduzindo esta obrigação para R\$ 9.825, após a compensação dos referidos depósitos.

Mediante as Portarias conjuntas PGFN/RFB de nº 3 e 11, de 29 de abril de 2010 e 24 de junho de 2010, respectivamente, e Instrução Normativa RFB nº 1.049 de 30 de junho de 2010, foi autorizado a inclusão de novos débitos no valor de R\$ 3.171, cujo saldo declarado no parágrafo anterior, já contempla esse valor.

- c) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/10	31/12/09
2011	1.167	4.740
2012	2.934	1.526
2013	460	653
A partir de 2014	5.092	7.077
	9.653	13.996

22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	31/12/09	30/09/10	31/12/09
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	19.259	7.172	19.259	7.172
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	12.664	16.204	12.664	16.204
Verbas diretas	1.988	3.884	1.988	3.864
Outros	6.547	9.042	6.595	9.095
	40.458	36.302	40.506	36.335
Circulante	(28.718)	(23.327)	(28.766)	(23.360)
Não circulante	11.740	12.975	11.740	12.975

- a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Chiarini, conforme descrito na Nota 1c. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor parte incide a variação do IGPM e parte a variação do CDI.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir, demonstra a mutação das provisões para contingências nos períodos entre 31 de dezembro de 2009 a 30 de setembro de 2010.

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.582	3.733	4.025	15.340
Provisões	1.219	694	0	1.913
Reversão de provisões	(2.363)	(346)	(263)	(2.972)
Transferência p/ Refis IV	(1.480)	0	0	(1.480)
Pagamentos/ Depósitos	(221)	(251)	0	(472)
Encargos financeiros	99	(185)	318	232
Saldo em 30 de setembro de 2010	4.836	3.645	4.080	12.561

23. Provisão para contingências (controladora e consolidado)-- Continuação

a) Tributárias

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 109.799 (R\$ 152.292 em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 35.593 (R\$ 70.462 em 31 de dezembro de 2009) de tributos federais; R\$ 73.863 (R\$ 70.462 em 31 de dezembro de 2009) de impostos estaduais e R\$ 343 (R\$ 397 em 31 de dezembro de 2011) de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 4.836 (R\$ 7.582 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 78.603 (R\$ 80.964 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 30.979 (R\$ 63.937 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance remota de perda em diversas ações

Os Estados de Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 73.863 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 81.433 em 31 de dezembro de 2009).

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado do pleito é de R\$ 1.362, em 30 de setembro de 2010 (R\$ 1.308 em 31 de dezembro de 2009).

b) Trabalhistas

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho.

Em 30 de setembro de 2010, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 25.882 (R\$ 31.578 em 31 de dezembro de 2009). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.645 (R\$ 3.733 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 17.186 (R\$ 19.836 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance possível de perda.

Em 30 de setembro de 2010, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 2.775 (R\$ 1.643 em 31 de dezembro de 2009).

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. Provisão para contingências (controladora e consolidado)-- Continuação

c) Cíveis e administrativas

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 9.666 (R\$ 9.992 em 31 de dezembro de 2009). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 4.080 (R\$ 4.025 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 5.586 (R\$ 5.335 em 31 de dezembro de 2009) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

24. Subvenções governamentais (Controladora)

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Durante o terceiro trimestre de 2010 e de 2009 não houve base para apuração do incentivo da Adene.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

b) Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subseqüentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o terceiro trimestre de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 2.149 (R\$ 4.868 em 30 de setembro de 2009).

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o terceiro trimestre de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 2.541 (R\$ 1.876 em 30 de setembro de 2009).

d) Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, tanto para a fabricação de massas alimentícias quanto para a fabricação de farinha doméstica para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

d) Estado de Alagoas--Continuação

Os Incentivos Governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Durante o terceiro trimestre de 2010, este incentivo fiscal totalizou R\$ 260.

e) Estado da Paraíba

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN").

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários da unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial, em valor correspondente à subvenção pactuada. A concessão da subvenção se estende até 30 de março de 2011.

Durante o terceiro trimestre de 2010, este incentivo totalizou R\$ 149 (terceiro trimestre de 2009: R\$ 0).

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

Capital social – em Reais mil	197.873
Ações nominativas - quantidade:	
Ordinárias	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337
	<u>21.832.197</u>

25. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe "B", foram subscritas com recursos do "Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR", e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe "B" farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de Janeiro de 2008 esse incentivo passou a ser registrado como redutor da despesa de imposto de renda e, posteriormente, transferido para a reserva de lucros.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 2.6.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Patrimônio Líquido--Continuação

e) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caledônia.

f) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal até alcançar 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

26. Receita operacional bruta

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/09</u>	<u>30/09/10</u>	<u>30/09/09</u>
Receita operacional bruta	1.018.754	1.001.994	1.019.403	1.026.951
Impostos, descontos e abatimentos	(125.990)	(142.451)	(126.469)	(145.592)
	892.764	859.543	892.934	881.359

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Venda de ativos	7.156	1.032	7.156	1.032
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(4.496)	(3.939)	(4.496)	(3.939)
Contingências líquidas	778	295	778	295
Provisão devedores duvidosos líquida	(384)	(1.234)	(384)	(1.234)
Outras despesas	695	(1.066)	710	(2.037)
Total de outras despesas, líquidas	3.749	(2.780)	3.764	(5.883)

28. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Despesas de juros	(14.073)	(18.349)	(13.090)	(17.443)
Variações monetárias e cambiais passivas	(2.372)	(1.677)	(2.372)	(1.677)
Outras despesas financeiras	(706)	(1.293)	(706)	(1.305)
Descontos concedidos	(1.784)	(720)	(1.784)	(793)
Tarifas bancárias	(1.256)	(786)	(1.256)	(956)
IOF	(207)	(744)	(207)	(756)
Total das despesas financeiras	(20.398)	(23.569)	(19.415)	(22.930)
Receitas de juros	6.232	8.177	6.243	8.344
Descontos obtidos	1.943	57	1.943	59
Variações monetárias e cambiais ativas	2.915	5.960	2.915	5.973
Outras receitas financeiras	606	1.089	606	1.089
Total das receitas financeiras	11.696	15.283	11.707	15.465
Resultado financeiro líquido	(8.702)	(8.286)	(7.708)	(7.465)

29. Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
Ordenados e salários	(37.707)	(34.214)	(39.965)	(35.240)
Custos de previdência social	(16.965)	(14.084)	(17.439)	(17.089)
Participação nos resultados (Nota 7)	(79)	(1.114)	(79)	(1.114)
Total	(54.751)	(49.412)	(57.483)	(35.675)

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Benefícios a empregados--Continuação

Em 30 de setembro de 2010 e de 2009, a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores

30. Compromissos e contingências

Compromissos de arrendamento mercantil operacional – Companhia como arrendatário

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm prazo médio entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita a Companhia a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 30 de setembro estão demonstrados na Nota 14d.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 14d.

Processo judicial e passivos contingentes

A Companhia e sua controlada são partes em diversas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, para as quais são contabilizadas provisões para contingências quando o risco de perda é considerado provável, conforme divulgado na Nota 23.

Garantias

A Companhia e sua controlada forneceram as seguintes garantias em 30 de setembro de 2010, conforme divulgado nas Notas 6, 7, 14, 17 e 18.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. A Companhia e suas controladas não têm contratos de derivativos para os trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação taxas de juros variáveis da dívida existentes em 30 de setembro de 2010.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

Risco de mercado—Continuação

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é manter entre 5% e 35% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
30/09/10		
Reais	+20	2.815
Reais	-20	(2.815)
30/09/09		
Reais	+20	3.670
Reais	-20	(3.670)

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda sua funcional).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários).

	<u>Variação na taxa US\$</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
30/09/10	+20%	474
	-20%	(474)
30/09/09	+20%	335
	-20%	(335)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities, visando mitigar esse risco.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Em 30 de setembro de 2010, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2009: treze clientes) que deviam a Companhia mais de R\$ 2.700 cada e eram responsáveis por 35% (31 de dezembro de 2009: 37%) de todos os recebíveis. Cinco clientes (31 de dezembro de 2009: nove clientes) apresentavam saldos superiores a R\$ 4.100, sendo responsáveis por 17% (31 de dezembro de 2009: 33%) dos valores a receber.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 19. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é o valor registrado como demonstrado na Nota 19, com exceção das garantias financeiras.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

02115-6 J. MACÊDO S/A 14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

<u>Modalidade:</u>	<u>30/09/10</u>
Danos elétricos	800
Vendaval	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	88.750
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	49.521
	<u>159.071</u>

A Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/10	30/09/09	30/09/10	30/09/09
1 - Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.018.754	1.001.994	1.019.637	1.026.881
(-) Abatimentos e descontos	(17.661)	(16.475)	(17.661)	(17.225)
Outras receitas	9.859	1.134	9.874	1.262
	1.010.952	986.653	1.011.850	1.010.918
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(619.720)	(583.068)	(619.074)	(596.828)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(133.920)	(140.940)	(133.936)	(143.907)
Recuperação de valores ativos	(4.491)	(3.936)	(4.491)	(4.596)
Outras despesas operacionais	(3.746)	(2.181)	(3.802)	(4.166)
	(761.877)	(730.125)	(761.303)	(749.497)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	249.075	256.528	250.547	261.421
4 - Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(8.729)	(7.180)	(8.729)	(7.411)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	240.346	249.348	241.818	254.010
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	1.495	(1.914)	0	0
Receitas financeiras	11.696	15.283	11.706	15.465
	13.191	13.369	11.706	15.465
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	253.537	262.717	253.524	269.475
8 - Distribuição do valor adicionado				
Empregados	83.069	76.545	83.130	79.758
Remuneração direta	55.599	49.878	55.646	52.411
Honorários da administração	4.566	3.993	4.566	3.993
Participação dos empregados nos lucros	79	1.114	79	1.237
Benefícios	15.475	14.455	15.476	14.677
FGTS	5.622	5.278	5.622	5.586
Outros gastos	1.728	1.827	1.741	1.854
Impostos, taxas e contribuições	127.000	142.380	127.909	146.189
Federais	64.486	62.359	65.259	65.868
Estaduais	61.309	79.065	61.309	79.239
Municipais	1.205	956	1.341	1.082
Remuneração de capital de terceiros	32.478	35.447	31.495	35.183
Juros	20.398	23.569	19.415	22.929
Aluguéis	12.080	11.878	12.080	12.254
Remuneração de capital próprio	10.990	8.345	10.990	8.345
Lucro do período	10.990	8.345	10.990	8.345
Total	253.537	262.717	253.524	269.475

Divulgação dos resultados do terceiro trimestre de 2010

Fortaleza – CE, 03 de novembro de 2010 – A J.Macêdo S.A. (“J.Macêdo”), companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2010 (3T10). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2009 (3T09), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- A Companhia amplia seu portfólio com o lançamento das farinhas Dona Benta Reserva Especial e Dona Benta Integral em embalagem a vácuo de 1kg. A iniciativa traz como inovação a embalagem a vácuo, que oferece mais praticidade no manuseio e armazenagem do produto, além de garantir um prazo de validade mais longo, mantendo a farinha em perfeitas condições por 12 meses.



- Dona Benta veicula sua nova campanha institucional que apresenta a conexão emocional que a marca desperta e a nova assinatura “Obrigado Dona Benta”. A campanha conta com um filme que parte do pressuposto de que a comida pode ser um poderoso elo entre pessoas, mesmo que elas sejam de diferentes gerações e estejam bem longe umas das outras. E também que a comida caseira pode conectar qualquer um com suas raízes. Além do filme, ações de merchandising nos programas Mais Você e Estrelas e veiculações nas revistas Caras e Prazeres da Mesa.



- A J.Macêdo destacou-se entre as quatro melhores empresas do setor de alimentos na publicação do ranking das companhias que foram destaque no ano, segundo “As Melhores da Dinheiro 2010”, da revista Isto é Dinheiro. Além disso, alcançou o primeiro lugar na categoria Recursos Humanos, e a vice-liderança em Governança Corporativa e Inovação e Qualidade, entre as companhias do setor.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

No terceiro trimestre de 2010 houve a reversão da tendência de baixa do trigo no mercado internacional apontada até junho. Mesmo com uma grande safra americana, as cotações dos contratos futuros das Bolsas de Kansas e Chicago subiram USD 100/t entre julho e agosto reagindo à quebra na safra da Rússia. Redução de 28 milhões de toneladas na expectativa de safra mundial 2010/11 com a suspensão das exportações russas, somadas a ação especulativa dos Fundos nas Bolsas Americanas determinaram o novo preço do trigo no mercado internacional. A oferta de trigo no Mercosul foi limitada aos valorizados saldos da safra 2009, insuficientes para atender a demanda brasileira, que recorreu a importações do Canadá e EUA, especialmente para abastecer o Norte e o Nordeste do Brasil.

Com o avanço da colheita da safra de trigo nacional 2010, iniciada em agosto no Paraná e com qualidade superior a de 2009, houve maior oferta no Sul do Brasil, o que criou uma condição de preço diferenciada nesta região, amenizando o impacto da alta dos preços internacionais no custo do trigo consumido.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP, que são esperados para o início da colheita no Rio Grande do Sul em novembro.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do terceiro trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 230/t e US\$ 310/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 440/t e R\$ 500/t. O trigo americano tipo "hard" foi cotado entre USD 200 a USD 310 FOB Golfo do México.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 3T10 aumentou 4% impactada pelo crescimento de 6% nos volumes em relação à igual período de 2009. Em relação ao 2T10, a receita aumentou 8% com volumes 6% maiores. No acumulado de 2010, J.Macêdo obteve redução de 4% na receita, impactada pelo volume 3% maior, porém por preços 6,5% inferiores em função da redução de 13,1% nos preços de trigo. As margens ficaram estáveis: 24,1% no acumulado de 2010 vs. 24,2% no mesmo período de 2009. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 1,0% e 2,3%, respectivamente, segundo a ACNielsen.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VENDAS

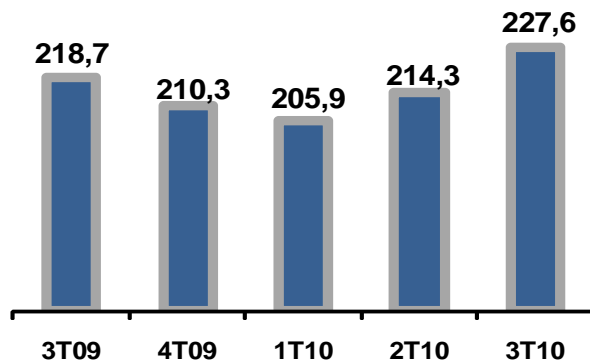
O volume de vendas por linha de produto atingiu 227,6 mil toneladas no terceiro trimestre de 2010, um volume 4,1% maior que o mesmo período de 2009.

O volume de vendas por linha de produto atingiu 647,8 mil toneladas no acumulado de 2010, um aumento de 3,3% em relação ao mesmo período de 2009.

Vendas/ em toneladas	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	9M10	9M09	9M10 X 9M09 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	144.938	134.814	7,5%	400.807	383.312	4,6%
Massa	40.085	37.736	6,2%	113.503	101.031	12,3%
Mistura para Bolo	12.440	11.750	5,9%	33.402	34.691	-3,7%
Biscoito	6.143	5.443	12,9%	16.118	15.344	5,0%
Sobremesa	1.015	1.630	-37,7%	4.300	5.456	-21,2%
Fermento	360	454	-20,7%	1.025	1.241	-17,4%
Outros	22.605	26.843	-15,8%	78.651	86.168	-8,7%
Total J.Macedo	227.586	218.670	4,1%	647.806	627.243	3,3%

Volume de Vendas

(em toneladas)



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

■ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume comercializado de Farinhas Domésticas caiu 1,0%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo permaneceu estável, de 26,5% para 26,4% no ano móvel 2009 vs. 2010.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O mercado de Farinhas Domésticas representou 38,2% da receita da Companhia no 3T10. Em relação ao mesmo período de 2009, a receita aumentou 4%, impactada pelo volume 5% maior e por preços 1% inferiores. Comparando ao 2T10, receita e volume crescem 13% e 7%, respectivamente. No acumulado de 2010, a receita de Farinhas Domésticas recuou 9%, impactada por uma redução de 9,5% nos preços. Os volumes ficaram estáveis em relação ao mesmo período de 2009. J.Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas, buscando o equilíbrio mais saudável entre volumes, receitas e margens.

▪ Massas:

O mercado de Massas, foco da estratégia da Companhia, se retraiu em 2,3% considerando a média móvel de 2010 em relação a 2009, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 12,2% para 10,9% no período. Nos últimos meses, a participação da Companhia neste segmento esteve estável.

Massas representaram 26,5% da receita da Companhia no 3T10. Neste período, a receita da J.Macêdo aumentou 5%, enquanto o volume cresceu 8% em comparação com o 3T09. Em relação ao 2T10, a receita aumentou 8% e o volume, 5%. No acumulado de 2010 a receita de Massas apresentou um crescimento de 3% e os volumes cresceram 13% em relação ao mesmo período de 2009.

Mantivemos nossa estratégia na “categoria-foco”, buscando volumes com margens saudáveis, por meio do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

▪ Misturas:

O mercado de Misturas apresentou retração de 0,5% em volume, segundo a ACNielsen, na média móvel de 2009 em relação a 2010. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 39,7% para 36,5% no ano móvel 2009 vs. 2010.

Este segmento representou 11,4% da receita da Companhia no 3T10. Receita e volume cresceram 6% comparando com o mesmo período de 2009. Em relação ao 2T10, receita e volume ficaram estáveis. No acumulado de 2010 a receita de Misturas recuou 2% enquanto os volumes foram 4% menores que o mesmo período de 2009, ainda sob forte impacto do fraco desempenho no 1T10.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

▪ Outras categorias:

O segmento de Biscoitos, que representou 6,1% da receita da Companhia no 3T10, teve aumento de 18% na receita e de 16% em volume em comparação ao 2T10.

A receita do segmento de Sobremesas, que representou 1,8% da receita da Companhia no 3T10, recuou 18%, enquanto o volume foi 25% menor, ainda em função da mudança de fórmula das gelatinas, comparados ao 2T10. Os preços foram 25% maiores no acumulado de 2010 em comparação com o mesmo período de 2009.

O segmento de Fermentos, que representou 1,8% da receita da Companhia no 3T10, apresentou redução de 7% em receita e de 2% em volume em comparação com o 2T10. Os preços médios decresceram 4,4% no mesmo período.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Controladora	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	9M10	9M09	9M10 X 9M09 (%)
Receita Bruta	357,1	338,7	5,4%	1.018,8	1.002,0	1,7%
Receita Líquida de Impostos	313,8	289,8	8,3%	892,8	859,5	3,9%
Lucro Bruto	94,4	93,7	0,7%	273,0	276,5	-1,3%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	30,1%	32,3%	-2,2 p.p.	30,6%	32,2%	-1,6 p.p.
Resultado antes do IR	5,8	(6,5)	189,2%	11,1	8,7	27,6%
Margem Operacional (%)	1,8%	-2,2%	+4,0 p.p.	1,2%	1,0%	+0,2 p.p.
EBITDA*	42,1	48,4	-13,0%	42,1	48,4	-13,0%
Margem EBITDA (%)*	3,5%	4,1%	-0,6 p.p.	3,5%	4,1%	-0,6 p.p.

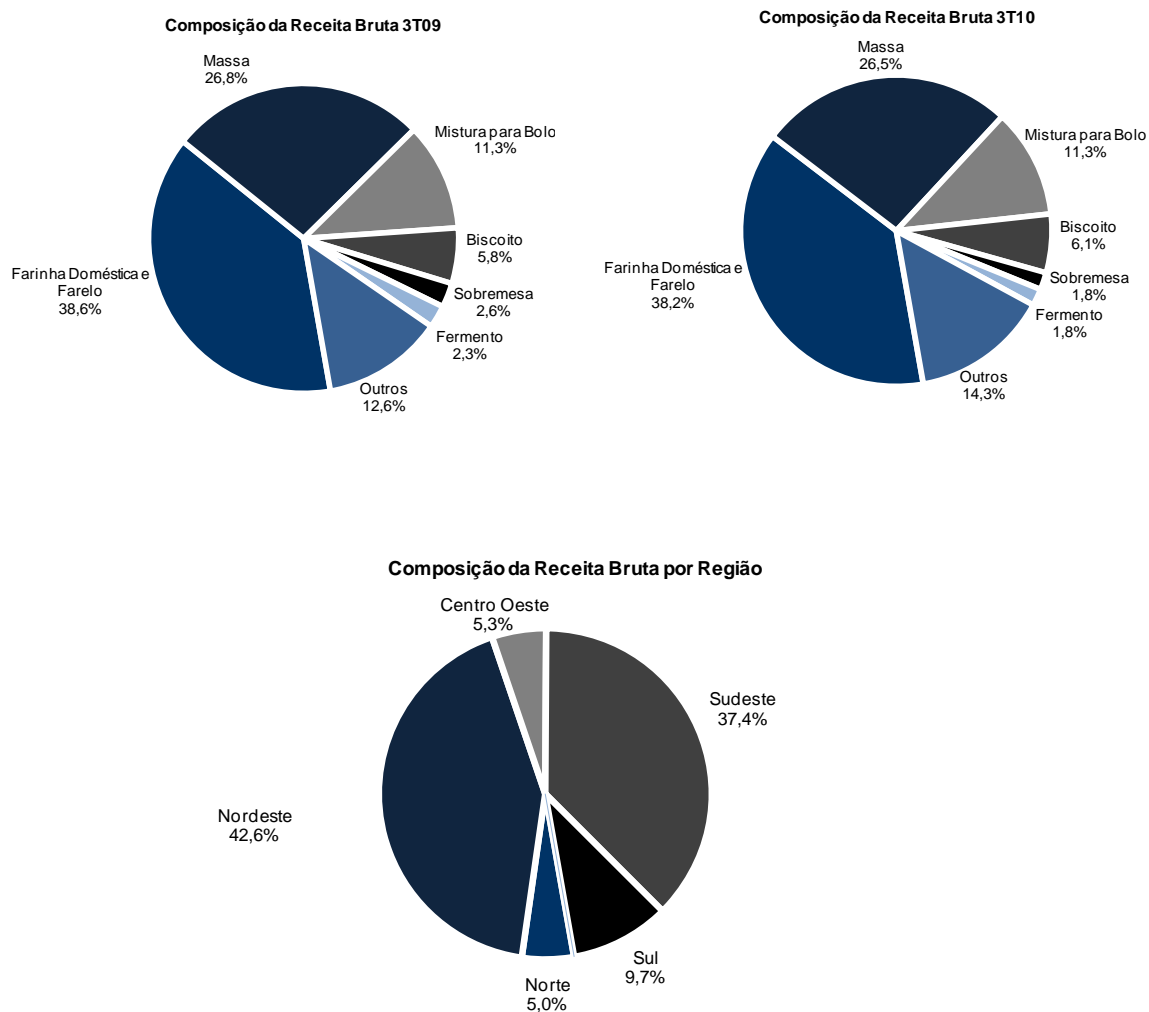
* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 3T10 totalizou R\$ 357,1 milhões, superior aos R\$ 338,7 milhões registrados no 3T09, refletindo o aumento de volume vendido e o início da retomada de preços, em função dos aumentos do trigo.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia nos terceiros trimestres de 2009 e de 2010:

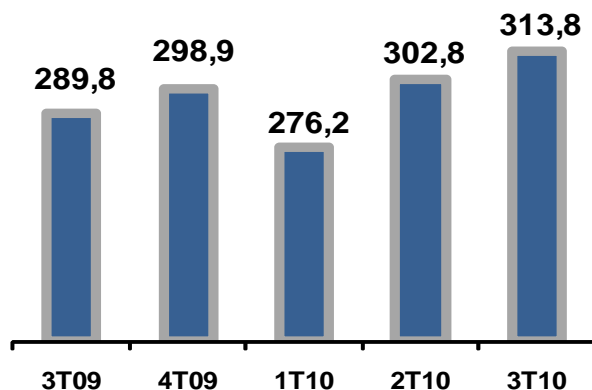


RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 313,8 milhões no 3T10, um crescimento de 8,3% em relação ao mesmo período de 2009. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3,9%. O aumento na receita líquida é o resultado dos aumentos nas vendas em praticamente todas as categorias, com exceção apenas de sobremesas e fermento.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Receita Líquida
(R\$ milhões)



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 3T10 totalizaram R\$ 219,5 milhões, equivalentes a 70,0% da receita líquida, comparados aos R\$ 196,1 milhões (67,7% da receita líquida) registrados no 3T09.

No acumulado do ano de 2010, os custos de bens e/ou serviços vendidos totalizaram R\$ 620,0 milhões, equivalentes a 69,4% da receita líquida, comparados aos R\$ 583,1 milhões (67,8% da receita líquida) registrados no mesmo período em 2009.

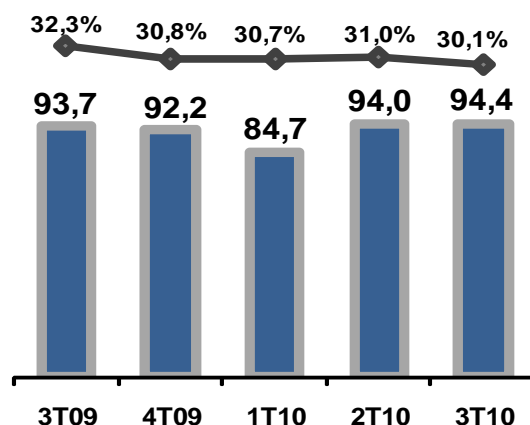
LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 3T10 foi de R\$ 94,4 milhões, um acréscimo de 0,8% em relação aos R\$ 93,7 milhões registrados no 3T09, devido principalmente ao fato da captura dos aumentos dos preços no 3T10 ter sido inferior ao impacto do aumento dos custos, dado a baixa cobertura de estoques em que a indústria se encontrava quando da subida forte e rápida dos preços do trigo. No trimestre, este lucro representa 30,0% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 32,3%.

No acumulado do ano de 2010 o lucro bruto foi de R\$ 273,0 milhões, um decréscimo de 1,3% em relação aos R\$ 276,5 milhões registrados nos nove meses de 2009. No período, este lucro representa 30,6% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 32,2%.

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Lucro Bruto e % da RL
 (em R\$ milhões e em %)



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 3T10 totalizaram R\$ 87,5 milhões, correspondentes a 27,8% da receita líquida do mesmo período, 6,4% abaixo dos R\$ 93,4 milhões registrados no 3T09 (32,2% da receita líquida). No acumulado do ano de 2010, as despesas operacionais totalizaram R\$ 254,8 milhões, correspondentes a 28,5% da receita líquida do mesmo período, 1,1% abaixo dos R\$ 257,6 milhões registrados nos nove meses de 2009 (30,0% da receita líquida).

Excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, as despesas do 3T10 foram de R\$ 89,9 milhões, correspondentes a 28,7% da receita líquida do mesmo período, 0,6% abaixo dos R\$ 90,4 milhões registrados no 3T09 (31,2% da receita líquida).

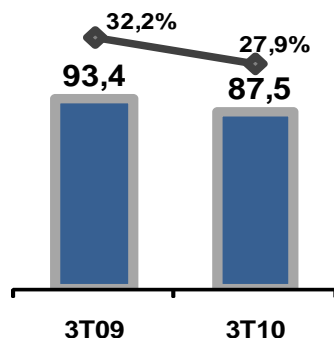
As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Outras despesas/receitas refletem impacto líquido positivo de venda de imóvel localizado em SP (moinho cujas operações foram descontinuadas e que estava destinado à venda).

Despesas Operacionais	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	9M10	9M09	9M10 X 9M09 (%)
Vendas	(65,3)	(64,6)	1,1%	(177,0)	(177,1)	0,0%
Gerais e Administrativas	(23,1)	(24,4)	-5,4%	(68,2)	(66,6)	2,4%
Honorários da Administração	(1,5)	(1,4)	5,2%	(4,6)	(4,0)	14,4%
Depreciação/Amortização	(3,0)	(2,7)	9,8%	(8,7)	(7,2)	21,6%
Outras despesas/ receitas	5,4	(0,2)	N/A	3,7	(2,8)	-234,9%
Total	(87,5)	(93,4)	-6,4%	(254,8)	(257,6)	-1,1%

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Despesas Operacionais e % RL
 (em R\$ milhões e em %)



Na comparação do período acumulado de 2010 com o ano anterior, as despesas operacionais, também excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, foram R\$ 249,8 milhões (28,0% da receita líquida), superiores em 0,9% do mesmo período de 2009 de R\$ 247,7 milhões (28,8% da receita líquida), com algum ganho de eficiência neutralizando os impactos dos dissídios e de inflação dos serviços.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	9M10	9M09	9M10 X 9M09 (%)
Receitas Financeiras	4,9	3,6	36,5%	11,7	15,3	-23,5%
Despesas Financeiras	(6,5)	(7,4)	-13,1%	(20,4)	(23,6)	-13,5%
Total	(1,6)	(3,8)	-59,3%	(8,7)	(8,3)	5,0%

No 3T10, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 1,6 milhão de despesas, comparado com R\$ 3,3 milhões no 2T10 e com R\$ 3,8 milhões no 3T09. Houve redução de pagamento líquido de juros em função de substituição de dívida de curto prazo, bastante indexada ao CDI, para recursos de longo prazo, juros fixos ou predominantemente indexados a TJLP, sem incidência de IOF. Adicionalmente, tivemos impacto positivo não recorrente de variações monetárias.

No acumulado do ano, as despesas líquidas financeiras ficaram 5.0% acima do ano anterior.

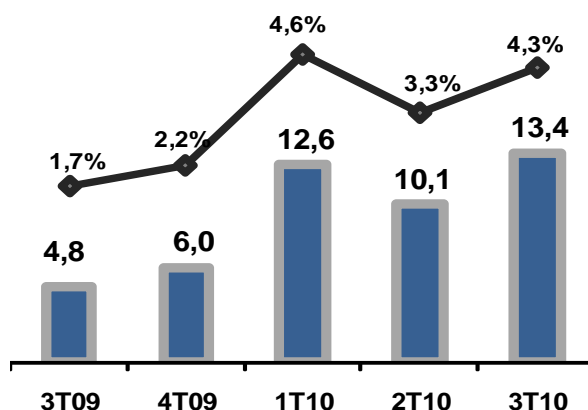
RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados previamente, J.Macêdo encerra o 3T10 com lucro operacional de R\$ 5,8 milhões, comparado com o prejuízo de R\$ 6,5 milhões registrados no 3T09.

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 3T10 totalizou R\$ 13,4 milhões, acima dos R\$ 4,8 milhões no mesmo período do ano passado. No acumulado de 2010, totalizou R\$ 36,1 milhões, superior aos R\$ 31,2 milhões no mesmo período de 2009. O valor acumulado de doze meses totalizou R\$ 42,1 milhões, acima dos R\$ 33,5 milhões reportados no trimestre anterior.

EBITDA e Margem EBITDA

(em R\$ milhões e em %)



Reconciliação do EBITDA Controladora	3T10	3T09
Lucro antes do IR e CS	5,8	(6,5)
Depreciação/ Amortização Custos	3,4	1,7
Depreciação/ Amortização Despesas	3,0	2,7
Resultado Financeiro	1,6	3,8
Equivalência	(0,4)	3,0
EBITDA	13,4	4,7

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 3T10 foi de R\$ 5,8 milhões, com margem líquida de 1,8%. No acumulado do ano, o lucro líquido foi de R\$ 11,0 milhões, com margem líquida de 1,2%.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	2T10	3T10 X 2T10 (%)
Curto Prazo	63,9	125,2	-49,0%	66,1	-3,4%
Empréstimos e Financiamentos	34,4	95,5	-64,0%	35,4	-2,7%
Debêntures	29,5	29,7	-0,7%	30,7	-4,2%
Longo Prazo	94,5	33,3	183,8%	72,7	30,1%
Empréstimos e Financiamentos	94,5	4,1	N/A	58,0	63,0%
Debêntures	-	29,2	-100,0%	14,7	-100,0%
Total Endividamento	158,4	158,5	-0,1%	138,8	14,1%
(-) Caixa	(98,8)	(103,7)	-4,7%	(76,8)	28,7%
Dívida Líquida	59,6	54,8	8,8%	62,0	-3,9%

Indicadores Financeiros	3T10	3T09	3T10 X 3T09 (%)	2T10	3T10 X 2T10 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,41	1,13	24,8%	1,85	-23,8%
Dívida Líquida/ PL	0,21	0,21	0,0%	0,22	-4,5%
Endividamento/ Ativo Total	0,24	0,24	0,0%	0,22	9,1%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no fechamento do trimestre foi 3,9% menor que em junho de 2010 e 8,8% maior que setembro de 2009. Houve alongamento no perfil da dívida, longo prazo representando 60% do total, comparado com 52% no trimestre anterior.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants*.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

No 3T10, o total de investimentos da J.Macêdo em máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 7,2 milhões, uma redução de 55,2% em relação aos R\$ 16,1 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano 2010, o total de investimentos da J.Macêdo em máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade de produção somou R\$ 30,5 milhões, uma redução de 29,8% em relação aos R\$ 41,8 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

No trimestre, a J.Macêdo manteve sua política de investimentos em ampliação de capacidade instalada no segmento de massas em suas unidades de produção, tendo colocado em funcionamento a ampliação de capacidade de produção de massas da unidade de Maceió. As obras do depósito de produto acabado de São José dos Campos foram concluídas no terceiro trimestre de 2010.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Alianças e Parcerias

Destacamos que a aliança de seis anos de parceria com a Bunge Alimentos tem resultado positivamente para a competitividade e flexibilidade da Companhia nos processos de originação e moagem de trigo e formação conjunta de uma rede de Distribuidores e *Merchandising* compartilhada.

Governança Corporativa

Ética, respeito pelas pessoas, inovação e compromisso com o negócio, que são os valores essenciais expressos no Código de Ética e de Conduta da J.Macêdo SA, são também os princípios de governança corporativa que norteiam o trabalho da Companhia.

A governança da Companhia é conduzida por uma estrutura de gestão sólida, formada pelo Conselho de Administração (CAD) e pela Diretoria Executiva, que se reúnem mensalmente.

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O CAD tem nove membros, dos quais quatro são acionistas e cinco conselheiros externos de relevante experiência no mercado, com habilidades e competências complementares. O Conselho é apoiado por cinco comitês: Auditoria, Marketing, Finanças e TI, Pessoas e Gestão, além do comitê da Cadeia de Suprimentos. Juntos, estes comitês são importantes instrumentos de reflexão e acompanhamento da gestão, com atuação regular e intensa com as áreas de sua equivalência pela realização de aprofundamentos estratégicos e avaliação de competitividade e estímulos inovativos.

Recursos Humanos

Neste trimestre, as iniciativas de gestão de pessoas seguiram alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia e ao desenvolvimento da equipe com foco na busca de resultados. Neste sentido, podemos destacar o avanço da Motiva, academia do conhecimento da J.Macêdo, que tem obtido excelentes resultados ao treinar consultores internos para atuar como instrutores, transmitindo o conhecimento às lideranças e demais funcionários. Ao longo deste ano, 608 funcionários foram capacitados através da Motiva e a expectativa é que outros 700 passem pelos cursos até o final do ano.

Nossa Gestão de pessoas também vem buscando estimular a crescente participação dos funcionários, tornando a Companhia cada vez mais interativa e promovendo o engajamento da equipe. Com este propósito, foi criado o programa Idéias em Ação, através do qual as sugestões de funcionários para a melhoria de nossas atividades e processos são implementadas e reconhecidas. Neste trimestre, concluímos a implantação desta iniciativa em todas as nossas unidades fabris.

Perspectivas

A Administração continua consistente na sua trajetória estratégica, construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que os Auditores Independentes não prestaram serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02115-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL J. MACÊDO S/A	3 - CNPJ 14.998.371/0001-19
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil)		
01	TERGRAN TERMINAL DE GRÃOS DE FORTALEZA	01.591.524/0001-67	FECHADA CONTROLADA	33,33	1,34
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		2.193		2.193
02	PICO DA CALEDÔNIA EMPREENDIMENTOS E PART	05.984.115/0001-81	INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA	99,90	9,07
	EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		999		999

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02115-6	J. MACÊDO S/A	14.998.371/0001-19

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	1
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02115-6
4 - DATA DO REGISTRO CVM	16/10/2007
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2007
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.389,42
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	103.600
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	10.360
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	10.360
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza – CE

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, o relatório do desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas (i) Informações Trimestrais individuais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária, e segundo as normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais e, (ii) Informações Trimestrais consolidadas acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, e segundo as normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela normas e orientações da CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, as Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas, originalmente apresentadas em 13 de maio de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos da adoção dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2009 com vigência para 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

Recife (PE), 4 de maio de 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
DATA-BASE - 30/09/2010

02115-6

J. MACÊDO S/A

14.998.371/0001-19

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE